

AS RELAÇÕES ENTRE NOBREZA E CLERO NA PRODUÇÃO LITERÁRIA E CRONÍSTICA EM PORTUGAL DURANTE O REINADO DE D. DINIS (1279/1325)

Hugo David Gonçalves,

Orientadora Prof^a. Dr^a. Armênia Maria de Souza

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 74001-970, Goiânia - GO, Brasil

historia.hugo@gmail.com; armenia1004@yahoo.com.br;

PALAVRAS-CHAVE: Portugal; Trovadorismo; Legislação: Dom Dinis.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta é fruto de um esforço analítico de alguns dos elementos culturais da sociedade portuguesa, levando-nos a inquietações ao depararmos com sujeitos históricos os quais nos abriram novos horizontes para a complexidade daquela sociedade, a partir do estudo de seus conflitos, de suas identidades e da sua memória por meio da formação da legislação régia. A ideia primordial ocorreu a partir do contato com as produções trovadorescas ibéricas e dos questionamentos a respeito do ambiente de produção/difusão das cantigas. O maior desafio, após a escolha do tema foi conjugar os interesses entre História e Literatura.

A busca pelas fontes foi o passo inicial, pois somente a partir delas poderíamos executar o trabalho proposto. A poesia medieval portuguesa nos chegou através dos chamados “Cancioneiros” obras compiladas a partir das produções poético-musicais do medievo. Assim procuramos nas sátiras escritas por Dom Dinis – e também por outros trovadores do período – as bases documentais da pesquisa.

Nesse ponto elaboramos um primeiro projeto que foi efetivado com o apoio do CNPq no período 2009/2010 e que teve como objetivo uma análise sobre “As representações sociais nas cantigas satíricas do Cancioneiro de Dom Dinis (1279/1325)”. Além de fornecer-nos respostas para muitas indagações, a experiência pode oferecer um grande leque de temas, o que possibilitou a continuação da referida pesquisa entre 2010 e 2011 por ocasião da renovação de nossa bolsa de iniciação científica.

Neste caso, nossa abordagem, voltou-se para a política dionisina e sua legislação, bem como a relação com o segmento religioso da sociedade. A percepção

recorrente sobre os conflitos entre o rei e os clérigos nos foi apresentada na produção cronística sobre o período que abrange os meados do século XIII até o primeiro quartel do XIV – destacamos que tais agravos estavam presentes num período anterior. Tais probabilidades de análise foram grandes e a documentação dizia muito a respeito do tema, o que nos atraiu para outros campos de pesquisa.

Em se tratando dos referidos conflitos percebemos, no decorrer das investigações, que eles eram recorrentes em Portugal desde o governo de Afonso Henriques (1139/1185), permanecendo durante todo o século XII. José Mattoso (1992) aponta que o auge dos choques entre clérigos e rei aconteceu por volta de 1245, o que por sua vez, teve consequências diretas no reinado dionisino.

O tema escolhido para tratar nesta fase da pesquisa, a qual intitulamos “As relações entre nobreza e clero na produção literária e cronística em Portugal durante o reinado de D. Dinis (1279/1325)”, visou a abertura de horizontes no que tange a sociedade portuguesa em sua formação . Por outro lado os estudos sobre as relações entre os reis e os clérigos em Portugal não são ainda efetivos, estando restritos ao período de 1245 e ainda com pouca preocupação em delimitar os antecedentes da crise e suas consequências – a longo prazo –, bem como as estratégias de superação da mesma. As abordagens clássicas voltam-se para a observação das consequências imediatas dos conflitos – como é o caso dos interditos papais ao reino ou até mesmo das excomunhões de monarcas –, e não especificamente para as causas imediatas daqueles problemas.

Nosso trabalho parte dessa perspectiva visando trazer à luz a complexidade dessas relações problemáticas que permaneceram durante vários séculos em Portugal no Baixo Medievo, bem como os intentos do rei Dom Dinis no sentido de minimizá-los. Com isso, buscamos uma diversificação maior de nossas fontes, voltando-nos para os textos legislativos que pudessem nos oferecer pistas as possibilidades que o monarca tinha para resolver aqueles problemas a partir da atividade legisladora. Não obstante, a produção musical do rei não nos escapou, pois percebemos em sua obra correspondências entre os dois níveis da sociedade: o político e o cultural.

Além disso, envolvemos em nosso trabalho outros níveis da legislação, ampliando as possibilidades que as fontes nos fornecem. A documentação utilizada envolveu o *Livro das Leis e Posturas* (LLP) que foi o documento legislativo de maior destaque mas também nos valem das produções cronísticas elencadas por Carlos da

Silva Tarouca (1947) e também a clássica *Chronica do muito alto e muito esclarecido príncipe Dom Dinis, sexto Rey de Portugal* de Rui de Pina (1729).

2 OBJETIVOS

Os objetivos propostos em nosso plano de trabalho estão relacionados, de maneira geral à análise da sociedade portuguesa entre os séculos XIII e início do XIV. Nosso exame partiu de elementos culturais que por sua vez levaram a novas formas de perceber o problema e abriram perspectivas diversificadas no que se refere ao tema escolhido.

2.1 OBJETIVO GERAL: Contemplar a sociedade portuguesa no Baixo Medievo com destaque para as relações político-religiosas entre os clérigos e o poder régio durante o reinado de Dom Dinis.

A partir de nosso objetivo geral contemplamos, durante a vigência da bolsa, uma série de objetivos específicos.

- ✓ Localizar os conflitos históricos em Portugal e sua importância na consolidação do poder régio;
- ✓ Produzir artigos e textos para congresso que englobasse as leituras e fichamentos que efetuamos, noticiando o andamento da pesquisa;
- ✓ Examinar o papel de Dom Dinis na administração do reino português no que tange às guerras civis enfrentadas por ele;
- ✓ Distinguir as leis produzidas pelo monarca presentes no *Livro das Leis e Posturas* que mantivessem relações diretas com os clérigos do reino;
- ✓ Comparar Dom Dinis como legislador e como poeta de acordo com a produção historiográfica e literária.

3 METODOLOGIA

Durante nossa pesquisa analisamos uma série de conceitos que viessem nos auxiliar no trato com as fontes escolhidas. Devemos ter em mente que o trabalho com a tipologia poético-musical, especialmente do período medieval, é um trabalho

potencialmente problemático. Além disso, a análise da legislação do período também se mostra arriscada e complexa até certo nível, visto que demanda um conhecimento vocabular e contextual considerável.

Assim buscamos uma bibliografia com a qual dialogar em busca de categorias e conceitos auxiliares para o trabalho de pesquisa. Talvez o mais importante que pudemos encontrar no decorrer de nosso trabalho foi a ideia de “representação social”. Tal pressuposto foi norteado pelas lacunas advindas das cantigas satíricas com as quais tivemos contato.

De forma geral a possibilidade de falar em representações sociais ocorreu a partir do momento em que nos deparamos com certos sujeitos cujos nomes apareciam no interior das cantigas. Daí, notamos que aqueles indivíduos estavam incluídos em determinados segmentos da sociais que eram estigmatizados por outros, e que tinham um sentimento identitário. Uma referência importante sobre essa temática é o texto de Gilvan Ventura da Silva (2004) que trata exatamente esse conceito, e ainda abre novas perspectivas metodológicas.

Além da ideia de representação social podemos tratar sobre o conceito de identidades, que norteiam também a análise das próprias representações. No período medieval no qual as relações eram públicas e não individualizadas, a construção das identidades perpassa pelos mais diversos âmbitos da sociedade, seja ele legal, artístico, político ou religioso. A construção das identidades se liga aos segmentos sociais baixo-medievais, grosso modo, os clérigos, os nobres e os camponeses.

A partir daí notamos que havia identidades em conflito e que levaram a problemas reais como às guerras civis ou mesmo aos interditos papais e excomunhões. A construção identitária dos nobres ou dos clérigos em Portugal medieval não foi foco central de nossa pesquisa, ainda que não a perdêssemos de vista e não deixamos de considerar a importância dessas construções para as relações no interior da sociedade portuguesa no período. Dessa maneira o próprio papel de nobreza fica ameaçado, pois as guerras civis ocorridas no reinado dionisino tiveram grande importância no período.

A ideia de nobreza construída a partir das obras clássicas sobre Idade Média baseiam-se no modelo francês, e por isso não são completamente aplicáveis ao contexto Ibérico. A sociabilidade nobiliárquica em Portugal manteve um estatuto diferenciado daquele propagado na França. Nosso trabalho não pretendeu entrar nesses meandros, embora pese o fato das especificidades próprias à Península Ibérica.

Dentro do que genericamente conhecemos por “nobreza” há um segmento específico que possui um estatuto próprio com regras específicas, com um *modus vivendi* diferente dos demais segmentos. É importante salientar que durante o governo dionisino, Portugal passou por um período de indecisão no que se refere ao papel do monarca diante dos seus súditos. O século XIII foi caracterizado, em Portugal por certa reafirmação do poder régio.

Dom Dinis se esforçou em fortalecer o poder monárquico em Portugal, e a atividade legisladora contribuiu muito nesse movimento que teve este rei como um dos seus principais representantes. Dessa forma a atividade legisladora esteve intimamente ligada aos conflitos entre o soberano e os religiosos do reino, e também como já foi ressaltada, a produção poética do rei. Em se tratando de produção artístico/literária, outros conceitos e categorias devem ser considerados.

Nesse sentido pretendemos avançar em nossa análise, buscando elementos para aprofundar a epistemologia histórica através conceitos mais apropriadas para os estudos de “literatura” medieval. Uma categoria que nos foi apresentada recentemente, deve contribuir muito em nossos estudos, a categoria “voz”.

Visto que nossa pesquisa se encontra em vias de conclusão, o trabalho com a voz ainda se mostra em uma zona promissora e será executado com afinco numa futura pesquisa de pós-graduação. No presente momento nossa intenção é noticiar o trabalho com a categoria e salientar que não negligenciamos o papel da voz na poesia medieval.

Por fim, frisamos que nosso trabalho buscou em outras áreas do conhecimento fontes para os estudos históricos. Entendemos que a análise das sociedades do passado deve ser feita contemplando objetos diversificados. De tal forma que nos valermos de tal premissa com o intuito de satisfazer nossa inquietação a respeito do tema trabalhado. Os estudos na área de História Cultural foram igualmente importantes, já que o uso da poesia e da música como objetos para a história partem de uma tradição historiográfica que se dedicou, recentemente, aos estudos de fontes literárias como fontes históricas, podemos, assim, encontrar bases mais sólidas para o avanço na pesquisa.

4 RESULTADOS

O desenvolvimento de nossa pesquisa pode fornecer alguns resultados práticos para as inquietações existentes. Sabemos que a pesquisa histórica não se

conclui visto que nenhum objeto é esgotável, o que podemos oferecer são resultados parciais a partir das reflexões a respeito do que foi pesquisado. Seguem alguns frutos por nós colhidos no decorrer desse período de averiguação:

- ✓ Durante nossa pesquisa tivemos contato com uma série de documentos que vieram a complementar nossos estudos, como foi o caso *do Livro das Leis e Posturas* no qual encontramos uma legislação referente a uma gama de temas entre eles os conflitos dos clérigos com o monarca;
- ✓ A leitura e o fichamento de bibliografia especializada deram-nos uma ideia da dimensão dos problemas sociais acarretados pelos desacordos entre o Rei e os clérigos, bem como facultaram elementos de análise a respeito do fortalecimento do poder monárquico durante reinado de Dom Dinis;
- ✓ Nosso trabalho produziu durante o interstício referido alguns textos de sínteses que foram apresentados em congressos e que geraram discussões proveitosas para a pesquisa. Também permitiu algumas publicações, uma em periódico especializado e outras em anais de congresso;
- ✓ O contato mais profícuo com as fontes promoveu uma avaliação mais profunda dos conflitos enfrentados pelo rei e que levaram a um maior fortalecimento de seu próprio poder em Portugal;
- ✓ Por fim nosso trabalho proporcionou uma abertura para a elaboração de um projeto de pesquisa para com vistas a um Programa de Pós-Graduação.

5 DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada neste período percebemos uma série de questões que podem ser analisadas com maior afinco. Dessa forma, pudemos entender melhor a complexidade da sociedade portuguesa no período entre 1279 e 1325. Não devemos perder de vista a dimensão dos problemas existentes entre o rei e os clérigos do reino.

O que não pode nos escapar é que os desregulamentos internos com os eclesiásticos portugueses acabaram ganhando outros níveis e instancias de poder. O

fato de os reis anteriores a Dom Dinis não terem obtido sucesso na resolução dos conflitos internos levou os eclesiásticos portugueses a queixar-se ao Papa. O Sumo Pontífice, como era de se esperar, na busca de uma unidade pela Igreja exigiu uma postura mais firme da realeza em relação à regular a ação dos nobres do reino frente os eclesiásticos.

Tiramos daí que os debates intentados entre a Santa Sé e os monarcas portugueses antes de Dom Dinis foram, até certo ponto, bem difíceis de serem debelados, pois aqueles não tinham a intenção de resolver tais problemas diante da tarefa que a Reconquista lhes impunha. O reinado dionisino foi, de fato, crucial para a estruturação do poder régio, bem como foi um importante momento de inflexão na relação entre a Coroa e o Clero.

5.1. Breve Análise dos Conflitos em Portugal Antes de Dom Dinis

O reinado de Dom Dinis se estendeu desde a morte de seu pai D. Afonso III no ano de 1279 até o ano de seu falecimento em 1325. Quando D. Dinis ascendeu ao trono assumiu um reino que passava por graves dificuldades, especialmente com relação ao papado. Desde o afastamento do rei D. Sancho II no ano de 1248, quando assumiu o Bolonhês Afonso, deste nome o terceiro de Portugal, os desacordos entre o monarca português e a Santa Sé eram graves.

O motivo que levou Sancho II a ser excomungado e afastado do trono foi exatamente a falta de destreza no que se refere à regência dos conflitos entre os clérigos e os nobres portugueses. O cronista do rei D. João V, Rui de Pina, que escreveu *Crônicas dos seis primeiros reis de Portugal*, noticia que o “*Rey Dom Sancho, por cujos defeytos, e por nom reger como devia*” (PINA, 1728:1) fora afastado de sua posição. Percebemos através de leituras bibliográficas, que ocorreu no ano de 1245, uma grave crise que envolvia os prelados, o rei português – D. Sancho II – e o Papa Inocêncio IV.

Elucidativo neste sentido é o texto de José Mattoso, “A crise de 1245” (1992) que trata especificamente sobre os problemas que enfrentou o reino português naquele período. O autor trata sobre a crise, que diz ser uma das mais conhecidas da história portuguesa (MATTOSO, 1992:57), a partir de uma nova interpretação. Traça um panorama mais voltado para os conflitos existentes pelos motivos mais diversificados possíveis, os quais influenciaram a sociedade de modo profundo.

No caso de 1245 esses problemas podem ser facilmente identificados nas bulas papais daquele ano emitidas por Inocêncio IV. Os documentos enunciadas pelo Pontífice dizem respeito, não só à “inutilidade”, mas também a recomendações papais no trato dos religiosos para com os nobres do reino ou ainda para com o próprio rei.

A noção de crise instituída no período esteve fortemente relacionada com os problemas reais, além de um elemento que foi determinante para a deposição de Sancho II: a articulação de D. Afonso, o Bolonhês com o Papa Inocêncio IV.

Objetivando a tomada do trono português o Bolonhês buscou aliar-se ao segmento religioso, que exercia grande influência na política durante o período medieval, articulando-se de maneira que a Igreja institucionalizasse a usurpação do poder por ele empreendida. Valendo-se dos problemas que de fato ocorriam, D. Afonso atingiu seu objetivo em 1248. Após alcançar o que visava Afonso III passou a seguir seus interesses, abrindo mão, muitas vezes, do que interessava verdadeiramente à Igreja.

Entre as posturas que desagradavam diretamente os preceitos da Igreja e que foram executadas por Afonso III enquanto era rei, estava a contração do segundo casamento, o que era proibido desde o IV Concílio de Latrão de 1215 que institucionalizava o matrimônio como um sacramento da Igreja, não podendo, dessa forma, ser anulado. Ao tomar por cônjuge D. Beatriz de Gusmán – filha de D. Afonso X de Castela –, estando ainda casado com D. Matilde da Bolonha o monarca acarretou outro interdito que somente foi revogado com a morte da condessa da Bolonha, sendo o casamento legalizado no ano de 1262.

As bases para as quais a política dionisina deveria se voltar já estavam postas desde então: os históricos problemas entre os religiosos e os nobres – e por isso envolvia também o rei – e também os interditos sucessivos. Segundo Hermínia Vasconcelos Vilar (2001:581) D. Dinis, ao receber o reino excomungado em 1279 tinha a responsabilidade de normalizar as relações no interior do reino português, criando bases para a governança. Os alicerces que o monarca dispôs para a organização interna do reino foram legislativos.

Em se tratando de regulamentação, o projeto dionisino incluiu uma série de questões que fizeram com que as leis tivessem, em seu período, um tempo de primeira maturidade segundo Armando Luís de Carvalho Homem (1999:177). Podemos perceber a questão das relações entre a Nobreza e o Clero, pois tratava de assuntos concernentes a todo tipo de estrato social.

A importância dos textos legislativos para nossos estudos reside no fato de haver uma ligação entre essas produções e as poético/musicais ou também chamadas literárias do monarca. Apesar de os caminhos da pesquisa terem nos levado a outras perspectivas que não a análise dos textos cronísticos, a legislação foi capaz de nos mostrar novos horizontes comparativos para estudos desse porte.

5.1 A Poética Satírica Ibérica: Elementos de Análise

Para tratar do tema das cantigas e da produção artística de D. Dinis utilizaremos um texto de Jorge Alves Osório que se intitula “Cantiga de escarnho galego-portuguesa: sociologia ou poética?” (1986). Antes de qualquer coisa, devemos nos ater aos diversos elementos formais e constitutivos dessas cantigas, pois isso é importante para o estudo histórico delas, visto que são testemunhos das produções medievais, ainda que nos tenham chegado por meios diferentes. Pretendemos também expor brevemente sobre as principais características gerais da poética medieval galego-portuguesa, em especial aos temas preferidos pela corte dionisina.

Ao trabalhar com as cantigas satíricas deve-se levar em conta, o *locus* que ela ocupa numa poética geral do período medieval. Neste sentido o exemplo de Dom Dinis é extremamente elucidativo. Não devemos separar as cantigas satíricas das que convencionalmente chamamos de líricas.

Esta afirmação de fato é problemática, afinal os temas, a forma, a intencionalidade são diferentes, mas o que faz com que não separemos os dois “gêneros” é o risco de subordinar umas a outras. Afinal, por mais que pareçam opostos eles são muito mais próximos do que se convencionou durante muito tempo. Alfred Jenroy (*apud* OSÓRIO, 1986:155) defende que este é o problema central ao se separar os gêneros da música medieval, pois dessa forma somos seduzidos a inferiorizar as sátiras como sendo subordinadas e inferiores ao ideal lírico.

Pierre Bec (*apud* OSÓRIO, 1986:156) defende que as cantigas satíricas tem, em geral, temas muito semelhantes às cantigas líricas, se estruturando como um contra-texto com estruturas muito próximas e abordagens diferenciadas. As abordagens devem ser distintas, na perspectiva dos autores de maneira horizontal, sem subordinar um tipo a outro, pois não eram assim concebidos. Apesar das divisões entre cantares satíricos e

líricos, que são ainda corrente, notamos que alguns poetas faziam ambos os tipos de produção, como é o caso de Dom Dinis.

Tal divisão é posterior e ocorreu no interior de um movimento explicativo que fragmentou a produção para estudos mais específicos, mas muitas vezes essa dimensão é parca e imprecisa. Jorge Osório aponta que Carolina Micaëlis Vasconcelos efetuou uma divisão que verticalizava as produções poéticas, criando, desta maneira, um Cancioneiro de Burlas. Para o autor esse tipo de divisão é arbitrária, pois ao mesmo tempo em que pode ser fruto da aplicação de um método positivista exaustivo pode também, por outro lado, ter sido forçada por uma tradição popularizante que direcionou a organização dos colecionadores modernos dos quais resultam as versões que nos chegaram (OSÓRIO, 1986:157).

Muitas vezes essas divisões abrem possibilidades a muitas contradições, como por exemplo, a segregação que se faz no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* entre as *Cantigas de Amigo* e as *de Amor*, simplesmente se dão pelo sujeito da enunciação. Ora, tal critério faz parte de um arquétipo que força, de certa maneira, e direciona a interpretação, sendo portanto, uma partição anti-histórica por excelência.

Já que a divisão em dois: do gênero lírico é – mesmo que ainda seja arbitrária –, mais compreensível, o satírico não o permite. A justificativa mais cabível nesse sentido é: se a sátira está reservada ao mal dizer de alguém isso significa que as outras não permitem esse tipo de jocosidade, o que é uma inverdade, ou então tudo o que foi feito está equivocado.

Dessa forma localizamos o tempo de Dom Dinis como sendo um período de produção poética um tanto mais tardia. Segundo Segismundo Spina (s/d:34), D. Dinis foi “o mais fecundo dos trovadores [...] e conseguiu manter o prestígio da poesia em seu reinado, embora o grande esplendor do movimento poético começasse a declinar já nos fins do reinado de seu pai Afonso III”.

A produção satírica ocorreu simultaneamente à lírica, contudo a partir da diminuição da produção das cantigas de amor e amigo – não que isso significasse um movimento excludente – as cantigas escarninhas passaram a contar com maior visibilidade. Essa relação temporal que permeou a produção poética em Portugal também está relacionada aos temas das cantigas. O exemplo do amor é muito claro sobre isso, pois envolve todas as espécies de cantigas e estão presentes na maioria das composições.

Ainda que essa proposição cause alguma estranheza *a priori*, consagradamente o amor é tema específico das cantigas líricas, ele aparece de forma muito comum nas cantigas escarninhas. A temática amorosa presente nas cantigas de amor e de amigo é tratada, nestas cantigas com uma abordagem que se costuma chamar *cortês*. O amor é constantemente tratado em todas as cantigas, mas com uma abordagem distinta e confusa. Como já dissemos o fato de considerar que as satíricas eram produzidas para dizer mal de alguém acarreta uma consequência que exclui essa possibilidade dos cantares líricos, o que é um equívoco já que isso era sim possível.

Enquanto na lírica temos o amor idealizado e literalmente *cortês*, a produção jocosa também trata do amor e também está localizado no interior da nobreza, mas com uma diferença de abordagem. Enquanto a lírica posterga uma noção mais carnal este é o foco das cantigas satíricas, ou seja, a lida com o erótico e com o obsceno é extremamente presente. Notamos aí uma lógica dupla: ao mesmo tempo em que a produção satírica cria uma oposição ao ideal amoroso *cortês*, torna-se, por isso mesmo, dela dependente.

Por outro lado temos ainda uma consequência também dupla: ao mesmo tempo em que se opõe ao ideal *cortês*, esse impedimento é apenas virtual e serve, na prática para ressaltar o ideal lírico do amor. Este é o cerne do problema: a oposição é complexa, mas existe a partir do que podemos perceber nas cantigas, mais do que um modelo explicativo, uma explicação a partir da experiência.

As cantigas satíricas são muito mais invectivas, ou seja, prezam pela intervenção e propõem um amor mais realista enquanto que a Lírica preza pelo distanciamento – motivado pela “coita amorosa” – e, assim, representa um amor idealista. O que chamamos aqui de poesia realista não significa que tivesse relação com a realidade vivida pelos jograis – ou por quem quer que se dispusesse a escrever uma sátira –, mas sim que tomasse um caráter interpelativo e interventivo. Realismo aqui significa que existe uma função narrativa que é explorada nas cantigas de escárnio.

Os elementos narrativos aí presentes são capazes de alargar os horizontes da poesia *cortês* – que não permitia esse tipo de construção – e que incluem a inserção de eventos recolhidos ou vividos pelo poeta e que são de conhecimento geral, fato este que é responsável pelo humor, o que possibilita outro viés das cantigas, este muito importante que era a possibilidade da inserção do exemplo. Ora, podemos perceber

então a questão mais urgente que resultou deste trabalho realizado no período que é a questão da memória presente nas cantigas.

A produção poética dos reis Ibéricos é extremamente rica, incluindo poesias escarninhas e também os cantares líricos. D. Afonso X, o Sábio de Castela e Leão, avô de D. Dinis teve uma produção muito diversificada, as cantigas de Santa Maria foi sua obra de maior expressão, contudo as sátiras daquele rei apresentavam-se muito críticas, ácidas e obscenas.

O exemplo que tomamos neste momento é uma cantiga de D. Dinis na qual fez uma dura crítica a um personagem conhecido dos escárnios, que é Melion Garcia. A crítica não tinha um propósito ou uma causa imediata tratada na cantiga, o que evoca, sem sombra de dúvidas, o aspecto memorialístico que é esperado da plateia. A primeira estrofe da cantiga diz:

Tant' é Melion pecador
e tant' é fazedor de mal
e tant' é um ome infernal,
que eu sô ben sabedor,
quanto o mais posso seer,
que nunca poderá veer
a face de Nostro Senhor (LAPA, 1970:147).

A gravidade da infração é tamanha que o rei considera que o dito Melion não verá a face de Deus. O elemento religioso é presente e por isso mesmo podemos notar que a cantiga tem um aspecto moralizante extremamente forte, sendo que a invectiva está ligada a um exemplo a não ser seguido, ou seja, a presença do ideal cavaleiresco que é oposto e por isso o invectivado é “um homem infernal” e por isso “nunca poderá ver a face de Nosso Senhor”.

O código cortês sobre o amor proíbe qualquer tipo de referência à pessoa amada, ideal este que é invertido nas cantigas satíricas nas quais a intervenção é feita diretamente ao alvo da invectiva. Mesmo que seja uma mulher – tema este que é muito comum nas sátiras, especialmente quando há ironia das dúvidas femininas sobre o amor e o sexo –, o nome podia ser citado, invertendo mais uma vez a lógica cortês. Antes disso, contudo, situações do cotidiano eram também ironizadas com o intuito maior de provocar o riso e desta forma os temas eram os mais diversificados.

Apesar das cantigas de amor e amigo terem um código muito próprio e rígido, a subversão desse código era permitida nas sátiras, pois, como já dito, tinham função de

exemplificar e um fundo moralizante. O próximo exemplo que temos é uma subversão total dos códigos da cortesia e foi feita por um dos maiores ícones desta na Península Ibérica: D. Afonso X de Leão e Castela. O paralelismo da cantiga é o verso “Não quero eu donzela feia/que diante da minha porta peida”. O rei canta todo o tempo sobre uma dona feia e velha que faz coisas desagradáveis diante dele e no fim da cantiga, fica a sugestão de que a tal donzela defeca diante de sua porta:

Nom quer' eu donzela fea,
velha de ma[a] coor,
que ant' a mia porta pea
nem [me] faça i peior.
Nom quer' eu donzela fea
Que ant' a mia porta pea (LAPA, 1970:7/8).

A grande ironia vem também do termo donzela, utilizado muito constantemente nas cantigas de amor e aqui é muito acidamente ironizado. Fica claro por esta produção que não era, de forma nenhuma, aconselhável que as damas se portassem de tal modo, soltando flatulências em público, pois isso as fazia parecer com animais.

Desta forma notamos que o código do amor cortês era subvertido e ao mesmo tempo reforçado pelas cantigas satíricas. Diante disso, o contexto social e político devia estar presente, pois como o trabalho pretendido visa a área da História temos que trabalhar com o conceito de memória, e outros além. O trabalho que realizamos durante dois anos com o apoio do CNPq pode nos abrir todas essas conjeturas que aqui elencamos e que pretendemos testar ainda num projeto de pós-graduação que atualmente preparamos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, advertimos que mesmo que nosso trabalho tenha sofrido alterações durante a sua execução acreditamos que elas foram muito produtivas em se tratando de uma pesquisa histórica. O trato com as fontes poéticas dos Cancioneiros galego-portugueses – não só com o de D. Dinis – orientados a partir da utilização da voz segundo a proposta de Paul Zumthor guiou nossa pesquisa no que se refere à utilização do conceito de memória para a análise das cantigas.

Com efeito, a área de História envolvendo de maneira trans-disciplinar a área da linguística e da literatura pode ser ricamente explorada a partir do momento que nos valemos do conceito de memória para tratar as cantigas. Analisar as fontes a partir daí é

um desafio ainda maior que desenvolveremos em futuras pesquisas.

7 REFERÊNCIAS

7.1 Fontes

LAPA, Rodrigues. *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancineiros medievais galego-porgugueses*. 2. ed. Crítica. Vigo, Galáxia, 1970.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Descrição do Reino de Portvgal*. Lisboa: Impreffo com licença por Iorge Rodriguez. 1610. Disponível em: <<http://purl.pt/12393>>. Acesso em: jul. 2011.

LIVRO DAS LEIS E POSTURAS (LLP), ed. Nuno Espinosa Gomes da SILVA e Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Faculdade de direito, 1971.

PINA, Rui de. *Chronica do muito alto e muito esclarecido príncipe Dom Dinis, sexto Rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Off. Ferreyriana, 1729. Disponível em:<<http://purl.pt/313>>. Acesso em: jun. 2011.

_____. *Chronica Chronicado muito alto e muito esclarecido príncipe D. Affonso III, quinto Rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Off. Ferreyriana, 1728. Disponível em: <<http://purl.pt/312>>. Acesso em: jul. 2011.

7.2 Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense, 1967, v. IV.

CHIFFOLEAU, Jacques. Direito (s). In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: EDUSC, 2002. p. 333-352. v. I.

DELUMEAU, Jean. *A confissão e o perdão*. S. Paulo: Cia das Letras, 1991.

GÉNICOT, Léopold. Nobreza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002. p. 279-291, v. II.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Rei e “estado real” nos textos legislativos da Idade Média portuguesa. *En la España medieval*, Universidad Complutense: Departamento de Historia Medieval, v. 1, n. 22, p. 177-185, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/ghi/02143038 /articulos/ELEM9999110177A.PDF>>. Acesso: jun. 2011.

MATTOSO, José. A crise de 1245. In: *Portugal Medieval-novas interpretações*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa, 1992, pp. 57-75.

OSÓRIO, Jorge Alves. *Cantigas de Escarnho galeto-portuguesa: sociologia ou poética*. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*. Porto, v. 3, 1986, p. 153-198. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/8677>>. Acesso em: jul. 2011

SILVA, Gilvan Ventura da. "Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico". In: *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Floricultura Editores, 2004, p. 13-30.

SOUSA, Cleusa Teixeira de. D. Afonso IV e o processo de construção legislativa no reino de Portugal. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA PUC-GO, 1., 2011, **Anais eletrônicos...** Goiânia, 2011, p. 84-95.

SPINA, Segismundo. *Presença da literatura portuguesa: Era Medieval*. 6ª Edição. Difel. São Paulo - Rio de Janeiro, s/d.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *Arquipélago História*, v. 2, p. 581-603, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.3/355>>. Acesso em: jun. 2011.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.